

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	17
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	67
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	70

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	23.514
Preferenciais	38.896
Total	62.410
Em Tesouraria	
Ordinárias	16
Preferenciais	0
Total	16

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	77.356	104.075
1.01	Ativo Circulante	3.185	23.685
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.600	121
1.01.03	Contas a Receber	111	534
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	111	534
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	23	466
1.01.03.02.04	Outras	88	68
1.01.06	Tributos a Recuperar	179	179
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	179	179
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.295	1.424
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	21.427
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	21.427
1.02	Ativo Não Circulante	74.171	80.390
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	74.036	80.214
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	474	1.209
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	56.927	61.875
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	56.927	61.875
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.635	17.130
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	11.558	11.417
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	5.077	5.713
1.02.02	Investimentos	23	23
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	23	23
1.02.03	Imobilizado	112	153
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	112	153

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	77.356	104.075
2.01	Passivo Circulante	3.055	29.519
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	177	400
2.01.01.01	Obrigações Sociais	51	102
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	126	298
2.01.02	Fornecedores	563	1.254
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	563	1.254
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	563	1.254
2.01.03	Obrigações Fiscais	181	165
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	181	165
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	155	131
2.01.03.01.05	Outras	26	34
2.01.05	Outras Obrigações	2.134	27.700
2.01.05.02	Outros	2.134	27.700
2.01.05.02.07	Credores por Recuperação Judicial	1.069	1.136
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	1.065	26.564
2.02	Passivo Não Circulante	628.240	619.630
2.02.02	Outras Obrigações	565.466	557.470
2.02.02.02	Outros	565.466	557.470
2.02.02.02.04	Provisão para Perda com Investimento em Controlada	562.758	554.874
2.02.02.02.05	Credores por Recuperação Judicial	2.708	2.596
2.02.04	Provisões	62.774	62.160
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	62.774	62.160
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	58.911	57.119
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.284	4.346
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.579	695
2.03	Patrimônio Líquido	-553.939	-545.074
2.03.01	Capital Social Realizado	301.976	301.976
2.03.02	Reservas de Capital	46.363	46.363
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.329
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	41.034	41.034
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-902.045	-904.459
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	11.279

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	25.425	-8.489	-48.899	-209.619
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.176	-4.381	-2.179	-4.014
3.04.02.01	Honorários da Administração	-275	-824	-54	-532
3.04.02.03	Outras	-1.901	-3.557	-2.125	-3.482
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.080	4.096	0	4.105
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	212	-319	-25	4.853
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-13	-40	-14	-45
3.04.05.02	Outras	225	-279	-11	4.898
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.309	-7.885	-46.695	-214.563
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25.425	-8.489	-48.899	-209.619
3.06	Resultado Financeiro	312	459	-26	160
3.06.01	Receitas Financeiras	842	1.709	300	879
3.06.02	Despesas Financeiras	-530	-1.250	-326	-719
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.737	-8.030	-48.925	-209.459
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	701	-5.546
3.08.01	Corrente	0	0	701	-5.546
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.737	-8.030	-48.224	-215.005
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-2.594	-835	-3.023	-5.161
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-2.594	-835	-3.023	-5.161
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	23.143	-8.865	-51.247	-220.166
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,36523	-0,13988	0,22973	-4,73752
3.99.01.02	PN	0,36548	-0,13993	-1,27323	-5,78257
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,36523	-0,13988	0,22973	-4,73752
3.99.02.02	PN	0,36548	-0,13993	-1,27323	-5,78257

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	23.143	-8.865	-51.247	-220.166
4.03	Resultado Abrangente do Período	23.143	-8.865	-51.247	-220.166

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-30.457	-4.677
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.203	-622
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes do IR/CS	-8.030	-209.459
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	41	45
6.01.01.03	Perda (reversão) por Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado e Intangível	0	-4.909
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	7.885	214.563
6.01.01.05	Resultado na Baixa e/ou Venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimento	-4.073	-4.105
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	-1.488	-620
6.01.01.09	Outras Provisões Operacionais	462	3.863
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.254	-4.055
6.01.02.01	Outros Ativos Operacionais	116	-793
6.01.02.02	Fornecedores	-691	-251
6.01.02.04	Outros Passivos Operacionais	-25.510	1.701
6.01.02.05	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	831	-4.712
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	25.500	25.532
6.02.01	Recebimento por Venda do Ativo Imobilizado	25.500	25.532
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.436	-23.315
6.03.01	Aumento de Capital Acionistas	0	5.016
6.03.02	Bônus de Subscrição Acionistas	0	42.183
6.03.03	Operações de Empréstimos com a Controlada Líquidos dos Valores Liquidados	6.436	-70.514
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.479	-2.460
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	121	2.603
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.600	143

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.865	0	-8.865
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.865	0	-8.865
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	11.279	-11.279	0
5.06.04	Baixa do Custo Atribuído Deemed Cost	0	0	0	11.279	-11.279	0
5.07	SalDOS Finais	301.976	46.130	0	-902.045	0	-553.939

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.719	28.480	0	0	0	47.199
5.04.01	Aumentos de Capital	17.754	-12.738	0	0	0	5.016
5.04.08	Bônus de Subscrição	965	41.218	0	0	0	42.183
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-220.166	0	-220.166
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-220.166	0	-220.166
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	11.279	-11.279	0
5.06.04	Baixa do Custo Atribuído "Deemed Cost"	0	0	0	11.279	-11.279	0
5.07	Saldos Finais	301.718	46.389	0	-693.751	0	-345.644

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	25.523	25.581
7.01.02	Outras Receitas	25.523	25.532
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	49
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.210	-19.589
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.783	-3.071
7.02.04	Outros	-21.427	-16.518
7.02.04.01	Outras Despesas Operacionais	-21.427	-16.518
7.03	Valor Adicionado Bruto	313	5.992
7.04	Retenções	-875	-5.206
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40	-45
7.04.02	Outras	-835	-5.161
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-835	-5.161
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-562	786
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-6.176	-213.684
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.885	-214.563
7.06.02	Receitas Financeiras	1.709	879
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-6.738	-212.898
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-6.738	-212.898
7.08.01	Pessoal	816	822
7.08.01.01	Remuneração Direta	832	541
7.08.01.02	Benefícios	-3	50
7.08.01.03	F.G.T.S.	1	1
7.08.01.04	Outros	-14	230
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	61	5.740
7.08.02.01	Federais	55	5.566
7.08.02.03	Municipais	6	174
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.250	706
7.08.03.01	Juros	250	33
7.08.03.03	Outras	1.000	673
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	1.000	673
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.865	-220.166
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.865	-220.166

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	281.449	333.193
1.01	Ativo Circulante	92.958	145.597
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.936	28.603
1.01.03	Contas a Receber	7.944	14.860
1.01.03.01	Clientes	3.102	7.333
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.842	7.527
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	4.035	6.662
1.01.03.02.02	Outras Contas de Fornecedores	589	620
1.01.03.02.04	Outras	218	245
1.01.04	Estoques	28.891	45.649
1.01.06	Tributos a Recuperar	52.609	33.309
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	52.609	33.309
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.578	1.749
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	21.427
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	21.427
1.02	Ativo Não Circulante	188.491	187.596
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	81.504	73.832
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	558	1.381
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	80.946	72.451
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	27.032	26.406
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	52.416	44.579
1.02.01.10.06	Outros	1.498	1.466
1.02.02	Investimentos	150	150
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	23	23
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	127	127
1.02.03	Imobilizado	106.837	113.614
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.262	12.082
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	97.572	101.532
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	281.449	333.193
2.01	Passivo Circulante	171.979	213.849
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.383	5.770
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.556	1.503
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.827	4.267
2.01.02	Fornecedores	87.020	104.394
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	86.791	104.148
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	86.791	104.148
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	229	246
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.154	1.190
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	580	578
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	332	386
2.01.03.01.04	Parcelamento Débitos Previdenciários	103	0
2.01.03.01.05	Outras	145	192
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	492	595
2.01.03.02.01	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	49	92
2.01.03.02.02	Parcelamento de Tributos Estaduais	443	503
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	82	17
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.700	52.816
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	23.199	31.740
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	23.199	31.740
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	22.501	21.076
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	22.501	21.076
2.01.05	Outras Obrigações	32.503	48.682
2.01.05.02	Outros	32.503	48.682
2.01.05.02.05	Arrendamento Operacional	13.831	5.609
2.01.05.02.08	Adiantamento de Clientes	341	1.993
2.01.05.02.09	Credores por Recuperação Judicial	14.015	10.384
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	4.316	30.696
2.01.06	Provisões	1.219	997
2.01.06.02	Outras Provisões	1.219	997
2.01.06.02.05	Programa de Fidelização de Clientes	1.219	997
2.02	Passivo Não Circulante	663.455	664.463
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	237.554	223.861
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	143.845	124.280
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	143.845	124.280
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	93.709	99.581
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	93.709	99.581
2.02.02	Outras Obrigações	196.324	193.454
2.02.02.02	Outros	196.324	193.454
2.02.02.02.03	Parcelamento Débitos Previdenciários	369	0
2.02.02.02.04	Credores por Recuperação Judicial	191.469	187.559
2.02.02.02.06	Parcelamento de Tributos Estaduais	515	865
2.02.02.02.07	Outros	3.971	5.030
2.02.04	Provisões	229.577	247.148

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	229.577	247.148
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	203.299	224.998
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.572	8.666
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	17.706	13.484
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-553.985	-545.119
2.03.01	Capital Social Realizado	301.976	301.976
2.03.02	Reservas de Capital	46.363	46.363
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.329
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	41.034	41.034
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-902.045	-904.459
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	11.279
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-46	-45

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	22.230	65.382	41.667	206.051
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	22.615	67.114	41.799	211.024
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-385	-1.732	-132	-4.973
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.212	-41.701	-36.755	-148.212
3.03	Resultado Bruto	12.018	23.681	4.912	57.839
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.030	-55.261	-48.872	-244.930
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.767	-38.463	-25.226	-93.769
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.491	-24.999	-15.433	-53.378
3.04.02.01	Honorários da Administração	-458	-1.397	-163	-1.029
3.04.02.03	Outras	-8.033	-23.602	-15.270	-52.349
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	89.162	116.303	4.206	33.023
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-93.934	-108.102	-12.419	-130.806
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-4.934	-14.402	-8.021	-37.634
3.04.05.02	Outras	-89.000	-93.700	-4.398	-93.172
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-13.012	-31.580	-43.960	-187.091
3.06	Resultado Financeiro	38.751	23.549	-4.969	-22.386
3.06.01	Receitas Financeiras	48.323	51.793	1.089	2.378
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.572	-28.244	-6.058	-24.764
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.739	-8.031	-48.929	-209.477
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	701	-5.546
3.08.01	Corrente	0	0	701	-5.546
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.739	-8.031	-48.228	-215.023
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-2.594	-835	-3.023	-5.161
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-2.594	-835	-3.023	-5.161
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	23.145	-8.866	-51.251	-220.184
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	23.143	-8.865	-51.247	-220.166
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2	-1	-4	-18

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,36523	-0,13988	0,22973	-4,73752
3.99.01.02	PN	0,36548	-0,13993	-1,27323	-5,78257
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,36523	-0,13988	0,22973	-4,73752
3.99.02.02	PN	0,36548	-0,19993	-1,27323	-5,78257

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	23.145	-8.866	-51.251	-220.184
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	23.145	-8.866	-51.251	-220.184
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	23.143	-8.865	-51.247	-220.166
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2	-1	-4	-18

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-32.600	-21.336
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	49.323	-86.287
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes do IR/CS	-8.031	-209.477
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	15.653	39.896
6.01.01.03	Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	197	-243
6.01.01.04	Resultado na Baixa e/ou Venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimento	-4.093	-918
6.01.01.05	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	-28.852	14.648
6.01.01.07	Perda (reversão) com Obsolescência de Estoque	2.532	-23.041
6.01.01.08	Perda por Redução ao Valor Recuperável	83.549	77.737
6.01.01.09	Outras Provisões Operacionais	-11.632	15.111
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-81.923	64.951
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	4.034	16.234
6.01.02.02	Estoques	14.226	79.010
6.01.02.03	Outros Ativos Operacionais	-62.526	19.047
6.01.02.04	Fornecedores	-17.374	21.062
6.01.02.06	Pagamento de Juros por Empréstimos e Financiamentos	-663	0
6.01.02.07	Outros Passivos Operacionais	-20.451	-65.690
6.01.02.08	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	831	-4.712
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	25.318	23.362
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-206	-2.284
6.02.02	Recebimento por Venda do Ativo Imobilizado	25.524	25.646
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.385	10.681
6.03.01	Aumento de Capital Acionistas	0	5.016
6.03.02	Bônus de Subscrição Acionistas	0	42.183
6.03.04	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-19.385	-36.518
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-26.667	12.707
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.603	20.464
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.936	33.171

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074	-45	-545.119
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074	-45	-545.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.865	0	-8.865	-1	-8.866
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.865	0	-8.865	-1	-8.866
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	11.279	-11.279	0	0	0
5.06.04	Baixa do Custo Atribuído Deemed Cost	0	0	0	11.279	-11.279	0	0	0
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-902.045	0	-553.939	-46	-553.985

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677	-12	-172.689
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677	-12	-172.689
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.719	28.480	0	0	0	47.199	0	47.199
5.04.01	Aumentos de Capital	17.754	-12.738	0	0	0	5.016	0	5.016
5.04.08	Bônus de Subscrição	965	41.218	0	0	0	42.183	0	42.183
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-220.166	0	-220.166	-18	-220.184
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-220.166	0	-220.166	-18	-220.184
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	11.279	-11.279	0	0	0
5.06.04	BAixa do Custo Atribuído "Deemed Cost"	0	0	0	11.279	-11.279	0	0	0
5.07	Saldos Finais	301.718	46.389	0	-693.751	0	-345.644	-30	-345.674

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	204.430	270.409
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	66.893	212.852
7.01.02	Outras Receitas	137.734	57.751
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-197	-194
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-195.930	-345.304
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-41.727	-150.492
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.222	-92.347
7.02.04	Outros	-104.981	-102.465
7.02.04.01	Outras Despesas Operacionais	-104.981	-102.465
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.500	-74.895
7.04	Retenções	-16.487	-45.057
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.652	-39.896
7.04.02	Outras	-835	-5.161
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-835	-5.161
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-7.987	-119.952
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.793	2.378
7.06.02	Receitas Financeiras	51.793	2.378
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.806	-117.574
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.806	-117.574
7.08.01	Pessoal	19.893	58.658
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.660	33.836
7.08.01.02	Benefícios	4.037	10.560
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.229	6.791
7.08.01.04	Outros	1.967	7.471
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.547	18.465
7.08.02.01	Federais	2.682	12.145
7.08.02.02	Estaduais	848	3.297
7.08.02.03	Municipais	1.017	3.023
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.232	25.487
7.08.03.01	Juros	19.381	16.113
7.08.03.02	Aluguéis	645	1.242
7.08.03.03	Outras	8.206	8.132
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	8.206	8.132
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.866	-220.184
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.865	-220.166
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-1	-18

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS,

Saraiva Livresiros S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Saraiva”) (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial (“Varejo”), uma das maiores redes varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o terceiro trimestre (3T21).

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao terceiro trimestre (3T21) comparadas aos mesmos períodos do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foram revisadas pelos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Desde o começo da pandemia, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, a Companhia sofreu os efeitos das políticas de restrição no varejo físico brasileiro, acentuando as dificuldades enfrentadas desde a crise econômica de 2015. Os impactos negativos nas receitas e margens foram relevantes no resultado durante todo esse período.

Com a redução do número de casos de Covid e a flexibilização das medidas de restrição impostas pelos órgãos estaduais e municipais foi possível perceber a força de captação das lojas físicas, aumentando a confiança da Administração na sua capacidade de entregar resultados melhores em um futuro próximo.

A nova diretoria da Companhia, que iniciou seus trabalhos no início de 2021, mesmo após a 2ª onda da pandemia, nesse trimestre demonstrou o resultado de suas ações, por meio de uma melhoria efetiva da operação com o retorno de diversas editoras em operações de venda consignada, reduzindo a pressão sobre o estoque e caixa. A Diretoria continuará atuando para adequar os custos da Companhia a situação atual de mercado.

Desde o deferimento do pedido de recuperação judicial, em novembro de 2018, a Saraiva busca retomar sua estabilidade, proteger o caixa e, seu crescimento econômico, bem como garantir e preservar a continuidade de sua operação.

A Companhia busca obter importantes avanços em relação aos períodos anteriores por meio de iniciativas como:

Readequação do mix de produtos: foram descontinuadas categorias que possuíam menor rentabilidade e maior demanda de capital de giro. Esta revisão de categorias possibilitou, ainda, uma redução do quadro de funcionários da Companhia, além do encerramento de 2 Centros de Distribuição.

Redução de Despesas Operacionais: renegociação e revisão dos principais contratos com fornecedores de serviços, redução de escopo com priorização de alternativas com maior custo/benefício, e revisões e simplificação do processo logístico, adequando o sistema de abastecimento ao novo mix de produtos. Na Sede Social, foi reduzido com uma melhor ocupação um único andar

Reestruturação do Parque de Lojas: priorização de unidades de maior rentabilidade, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao novo mix de produtos da Companhia. No período, evoluiu a negociação com Shoppings, onde, por meio de parcerias, se iniciou a redução do espaço de lojas com aumento da rentabilidade por m² sem a necessidade de grandes investimentos.

Abastecimento de Produtos: Após o ajuizamento da Recuperação Judicial a Companhia, com apoio e parceria dos fornecedores, iniciou um processo extensivo para a normalização do abastecimento de produtos de todas as categorias, com foco maior em Livraria, a principal linha de atuação. No início de 2020, com os impactos trazidos

Comentário do Desempenho

pelo COVID-19, a Companhia não foi capaz de continuar realizando os pagamentos determinado pelo plano de RJ, sendo necessário revisar o plano de RJ afetado por resultados projetados abaixo das expectativas.

O primeiro aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Plano Aditivo), submetido ao juiz da Recuperação Judicial em 03 de julho de 2020 e aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021, tinha como objetivo viabilizar o pagamento aos credores e o sucesso do processo de recuperação judicial, além de garantir a manutenção da fonte produtora, o emprego de seus colaboradores, o cumprimento da função social das atividades e o estímulo à atividade econômica no País por meio de três medidas principais: i) a reestruturação do passivo; b) a preservação de investimentos considerados essenciais para a continuidade operacional; e iii) a alienação de Grupos de Unidades Produtivas Isoladas – UPI's, quais sejam, operações de lojas – UPI Lojas; operação de e-commerce – UPI Site; e operações de Lojas e Site – UPI Mista, de acordo com os termos estabelecidos no referido Plano.

Após sucessivas tentativas, não houve sucesso na alienação das UPI's o que inviabilizou o cumprimento das obrigações contidas no primeiro Aditamento em setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, que propõe a reestruturação das dívidas, a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento da dívida e a geração de recursos para a continuidade das atividades, observando a nova realidade do Grupo.

Em paralelo, continuam vigentes as medidas do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração para reestruturação das operações e recuperação dos resultados econômicos necessários à perenidade dos negócios da Companhia.

Nova gestão de abastecimento: Modelo descentralizado de abastecimento, por meio do envolvimento dos fornecedores e com redução de custos de logística;

Otimização *Back-Office*: Nova solução de sistemas, processos e equipes com maior eficiência para redução de custos fixos e despesas administrativas;

Rentabilidade: Aumento da Margem Bruta, em detrimento da Receita Bruta, elevando os ganhos absolutos no Lucro Bruto e contribuindo para o aumento da rentabilidade da Companhia. No ano de 2021, excluindo efeitos não recorrentes de diversas ações de Saldão realizadas com o objetivo de realização de estoques obsoletos e truncados, já foram obtidos resultados positivos nas margens bruta.

Despesas de Pessoal: Com uma operação reduzida em termos de faturamento consequentemente houve redução expressiva nas despesas de Pessoal da Companhia.

Despesas de Ocupação: Em relação às Lojas Físicas, renegociações com as administradoras de shoppings visando aumentar a rentabilidade das unidades. No escritório central houve a redução do espaço com a devolução de andares o que permitiu uma redução dos custos de ocupação.

Monetização de Créditos Tributários: O Varejo foi notificado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo sobre o avanço de mais uma etapa do processo administrativo para realização do crédito acumulado, com a liberação do referido crédito em conta corrente do e-CredAc.

A Companhia continua mobilizada para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à aprovação do 2º Aditivo do Plano de Recuperação Judicial, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

A revisão das demonstrações contábeis realizada pela auditoria externa não identificou deficiências significativas de controles internos. A constatação da existência de controles internos sem deficiências relevantes e a certificação do seu nível de segurança são fundamentais para a recuperação estruturada da Companhia.

Comentário do Desempenho

A Administração, ciente da relevância dos desafios, está empenhada para a realização do Novo Plano de Ação, que visa a manutenção da atividade operacional, o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e a consequente continuidade operacional e sustentabilidade do negócio.

Existe um desafio grande de mercado, mas confiamos plenamente na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída. Sabemos que será um processo intenso, na busca de um futuro promissor para a empresa e seus *stakeholders*, e contamos com o total apoio e envolvimento de todos nossos colaboradores.

Comentário do Desempenho

Impacto Coronavírus - COVID-19

A Administração acompanha atentamente a todos os impactos do Coronavírus (COVID-19) na operação da Companhia, por meio de um Comitê interno específico, além de discutir periodicamente com o Conselho de Administração, sobre as medidas necessárias e os impactos na operação.

Durante os primeiros seis meses desse ano, o comércio varejista foi novamente afetado com frequentes restrições de operação e fechamentos de lojas, sem que houvesse a contrapartida da redução dos gastos operacionais. Estima-se que essas restrições tenham gerado uma perda relevante de Receita Bruta, com seu consequente efeito negativo no resultado do período.

Com o arrefecimento dos casos de COVID-19 e a recorrente flexibilização das medidas de restrição o plano de contingência está voltado para as seguintes ações: (i) manutenção de medidas preventivas exigidas pelos órgãos sanitários como uso de máscaras e distanciamento nos ambientes das lojas e do escritório administrativo, (ii) estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce, que não foram paralisadas e honram todos seus compromissos com seus clientes; (iii) estruturar planos de ação e contingência; (iv) monitorar a evolução diária dos casos de infecção pelo Coronavírus e as recomendações dos órgãos governamentais e associações de varejo; (v) utilizar as medidas disponíveis para redução do impacto no Caixa da Companhia.

Entre tais medidas são realizadas ações promocionais e de marketing e visando a manutenção e perenidade da operação, a Companhia adotou as seguintes medidas de preservação do caixa:

- **Revisão de contratos com fornecedores;**
- **Renegociação** de todos os **custos de ocupação** da Companhia;
- **Suspensão, renegociação** e, consequentemente, **reparcelamento** de **pagamentos** vencidos e a vencer;
- **Suspensão**, conforme permitido pelo Governo Federal, do **pagamento de FGTS** aos nossos colaboradores, pelo período previsto na legislação;
- **Revisão diária** das **projeções de vendas** e **despesas** para os próximos meses, visando proteção de impactos inesperados de Caixa.

A Administração entende que o cenário no País se altera de modo acelerado e está se adaptando rapidamente ao cenário ideal em meio à crise. Reitera a disposição para dispensar toda a atenção necessária à situação da Companhia e de nossos *stakeholders*, incluindo todos os riscos decorrentes da pandemia que podem resultar em perdas ou mudanças nas estimativas sobre os negócios.

IMPACTOS NÃO RECORRENTES

Durante o terceiro trimestre de 2021 a Administração revisou as estimativas relacionadas a perda de valor recuperável dos ativos e provisões para riscos tributários cíveis e trabalhistas, entre outros ajustes realizados na operação, visando o aumento de rentabilidade, a seguir apresentados:

- Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias: R\$ 3 milhões.
- Impacto relativos à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS \ Cofins: R\$ 34 milhões.
- Outros impactos: R\$ 3 milhões positivo nas Despesas.

Dessa maneira, para que possa ser realizada uma análise mais fidedigna da operação da Companhia, todos os resultados reportados neste Relatório da Administração consideram os números recorrentes do 3T21, 3T20, 2T21, expurgando os efeitos citados acima. Segue na tabela abaixo a reconciliação dos resultados:

Comentário do Desempenho

Reconciliação - 3T21 (R\$ MM)	3T21 Contábil	CPC 06 (R2) IFRS 16	Impactos Não-Recorrentes	3T21 Ajustado
Receita Bruta	22.615		-	22.615
Impostos	(385)		-	(385)
Receita Líquida	22.230	-	-	22.230
CMV	(10.212)		(2.857)	(13.069)
Lucro Bruto	12.018	-	(2.857)	9.161
Margem Bruta (%)	54,1%			41,2%
Despesas Operacionais	(20.096)	(6.699)	7.689	(19.106)
EBITDA	(8.078)	(6.699)	4.832	(9.945)
Margem EBITDA (%)	-36,2%			-44,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	33.817	6.699	(47.059)	(6.543)
Resultado Financeiro Líquido	38.751	2.349	(47.059)	(5.959)
Depreciação e Amortiz.	(4.934)	4.350		(584)
Lucro/Prejuízo antes do IR	25.739	-	(42.227)	(16.488)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária	25.739	-	(42.227)	(16.488)
Participação minoritária	(2)			(2)
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas	25.737	-	(42.227)	(16.490)
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	(2.594)		1.951	(643)
Lucro (Prejuízo) Líquido	23.143	-	(40.275)	(17.132)
Margem Líquida (%)	104,1%			-77,1%

DESTAQUES

- Melhora de R\$ 13,4 milhões no EBITDA ajustado do 3T21 em comparação com o 3T20.
- Redução de 1,5 p.p na Margem Bruta do 3T21 em comparação com o 3T20.
- Melhora de 17 milhões na Despesa Operacional recorrente do 3T21 em comparação com o 3T20.
- Em 05 de abril de 2021, foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, o edital de oferta pública, por meio de certame judicial virtual mediante apresentação de propostas fechadas, para alienação de unidades produtivas isoladas ("UPIs"), expedido nos autos da Recuperação Judicial da Companhia e de sua controlada, conforme previsto no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial. Contudo não houve compradores habilitados e, sequencialmente em 27 de abril de 2021 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico um segundo edital de oferta pública com um novo prazo para habilitação, porém não houve inscritos.
- Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração apresentados pela Procuradoria da Fazenda Nacional estabelecendo a modulação dos efeitos da decisão do RE 574.706/PR. Por maioria de votos conclui-se pela exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS aplicável de forma retroativa para os contribuintes que ajuizaram ações até 15 de março de 2017, como é o caso da controlada. A Administração da controlada avalia os impactos e a revisão das estimativas de valor e de realização dos créditos, originalmente registrados considerando o ICMS efetivamente recolhido (Solução COSIT 13/18), de acordo com a decisão do STF de 13/5/2021 para as quatro ações ajuizadas em 2006 e 2010 e que tiveram trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020.
- Em 22 de julho de 2021 houve decisão do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, como segue:
 - 1) Foi deferido o pedido de nova tentativa de certame judicial para alienação das unidades produtivas isoladas ("UPIs"), mediante habilitação de interessados nos autos da Recuperação Judicial, no prazo de 10 dias corridos, a partir de 12/08/2021, data em que houve a publicação do novo edital de oferta pública

Comentário do Desempenho

no Diário da Justiça Eletrônico. Os interessados habilitados deveriam entregar suas Propostas Fechadas ao Administrador Judicial até às 16 horas do dia 10 de setembro de 2021. A abertura das propostas fechadas foi realizada no dia 14 de setembro de 2021, às 14h, conforme procedimento e instruções indicados no novo Edital de oferta pública. Contudo não houve compradores habilitados

2) A homologação da venda dos ativos da unidade operacional de Guarulhos, cuja decisão de autorização proferida em 8 de abril de 2020 nos autos da Recuperação Judicial, havia sido reformada por meio de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 4 de novembro de 2020.

- Em setembro de 2021, a Companhia e sua controlada peticionaram, junto a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, o segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial.

EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2021, foi aprovado por unanimidade a proposta da Administração, que será submetida à Assembleia Geral Extraordinária sobre:
 - (i) O grupamento do número atual de ações ordinárias e preferenciais do capital social de R\$301.976, ambas na proporção de 35 para 1, passando após o grupamento a ser de 1.811.719 ações (671.819 ações ordinárias e 1.139.900 ações preferenciais), sem alteração do capital social; e
 - (ii) O aumento do capital autorizado da Companhia para 10.000.000 (dez milhões) de ações, como medida para contribuir com a implementação das condições previstas no plano de recuperação judicial.
- Em 25 de outubro de 2021, por meio de edital publicado em 27 de outubro de 2021, foi convocada Assembleia Geral de Credores, que será realizada em ambiente virtual em primeira convocação para o dia 17 de novembro de 2021 e em segunda convocação para o dia 23 de novembro de 2021, para deliberar sobre a aprovação do 2º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial e demais assuntos de interesse dos credores e das Recuperandas.
- Em 01 de novembro de 2021, o Varejo foi notificado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo sobre o avanço de mais uma etapa do processo administrativo para realização do crédito acumulado, com a liberação do referido crédito em conta corrente do e-CredAc, conforme descrito em nota explicativa às demonstrações contábeis intermediárias, número 7, i).

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Consolidado - Ajustado ¹	3T21	3T20	T/T	2T21	T/T	9M21	9M20	A/A
Receita Bruta (Lojas + E-commerce)	22.615	29.859	-24,3%	20.391	10,9%	67.114	199.084	-66,3%
Lojas Físicas	20.313	22.239	-8,7%	17.077	19,0%	54.664	125.584	-56,5%
E-commerce	2.302	7.620	-69,8%	3.314	-30,5%	12.450	73.501	-83,1%
Receita Líquida (Lojas + E-commerce)	22.230	29.798	-25,4%	19.751	12,6%	65.382	194.182	-66,3%
Lojas Físicas	19.730	22.194	-11,1%	16.527	19,4%	52.915	121.938	-56,6%
E-commerce	2.500	7.604	-67,1%	3.224	-22,5%	12.467	72.244	-82,7%
Lucro Bruto	9.161	12.732	-28,0%	8.146	12,5%	27.274	74.023	-63,2%
Margem Bruta (%)	41,2%	42,7%	-1,5 p.p.	41,2%	0,0 p.p.	41,7%	38,1%	3,6 p.p.
Despesas Operacionais Recorrentes ¹	(19.106)	(36.092)	-47,1%	(27.165)	-29,7%	(72.571)	(154.803)	-53,1%
EBITDA Ajustado¹	(9.945)	(23.361)	-57,4%	(19.019)	-47,7%	(45.298)	(80.779)	-43,9%
Margem EBITDA Ajustada (%) ¹	-44,7%	-78,4%	33,7 p.p.	-96,3%	51,6 p.p.	-69,3%	-41,6%	-27,7 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas¹	(16.490)	(23.996)	-31,3%	(24.701)	-33,2%	(63.393)	(131.740)	-51,9%
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%) ¹	-74,2%	-80,5%	6,4 p.p.	-125,1%	50,9 p.p.	-97,0%	-67,8%	-29,1 p.p.
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	(643)	(3.023)	-78,7%	(103)	>500%	1.116	(3.549)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado¹	(17.132)	(27.019)	-36,6%	(24.804)	-30,9%	(62.276)	(135.289)	-54,0%
Margem Líquida Ajustada (%) ¹	-77,1%	-90,7%	13,6 p.p.	-125,6%	48,5 p.p.	-95,3%	-69,7%	-25,6 p.p.
Crescimento Lojas (SSS)	4,0%	-65,9%	69,9 p.p.	381,7%	-377,7 p.p.	-30,9%	-30,9%	0,0 p.p.
Crescimento E-commerce	-69,8%	-84,7%	14,9 p.p.	-85,8%	16,0 p.p.	-83,1%	-60,8%	-22,3 p.p.
Quantidade de Lojas - Final do Período	37	44	-15,9%	38	-2,6%	37	44	-15,9%
Área de Vendas - Final do Período (m²)	20.044	24.326	-17,6%	20.217	-0,9%	20.044	24.326	-17,6%

Comentário do Desempenho

RESULTADOS

RECEITA – No 3T21 a receita bruta alcançou R\$ 22,6 milhões, queda de 24,3% quando comparada com o 3T20. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando redução de 25,4%. Cabe destacar que a redução observada é, principalmente, em função da redução da receita do *E-commerce*.

RECEITA LOJAS FÍSICAS – A receita bruta de lojas físicas no 3T21, atingiu R\$ 20,3 milhões, o que representa redução de 8,7% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida, seguindo a mesma linha, apresentou redução de 11,1%.

RECEITA E-COMMERCE – No 3T21 as vendas brutas do site Saraiva.com apresentaram declínio de 69,8% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas líquidas reduziram em 67,1%. A Saraiva continua com a estratégia de rentabilidade, buscando maior margem bruta e menores despesas variáveis, gerando um ganho adicional na margem de contribuição para os próximos períodos.

RESULTADO BRUTO – O lucro bruto ajustado apresentou uma perda de 1,5 p.p. na margem bruta, que passou de 42,7% no 3T20 para 41,2%. Além da estratégia de priorização da rentabilidade focando em nosso negócio de livros, que possuem margens superiores às outras categorias que foram descontinuadas.

DESPESAS OPERACIONAIS – A linha de despesas operacionais recorrentes, incluindo o efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, totalizou R\$ 19,1 milhões no 3T21, apresentando melhora de 47,7% no trimestre, como reflexo das iniciativas realizadas ao longo dos últimos períodos. Cabe destacar que a Administração continua focada na racionalização de gastos para a melhora dos resultados, colhendo os frutos das medidas tomadas. Continuam sendo feitos ajustes recorrentemente na estrutura visando sempre melhorias de desempenho e produtividade, o que solidifica as bases para recuperação da Companhia.

EBITDA – O EBITDA recorrente, com a inclusão do efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas totalizou R\$ 9,9 milhões negativos no 3T21, apresentando um ganho de R\$ 13,4 milhões em relação ao 3T20.

Comentário do Desempenho

Tabela 2. EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório

EBITDA	3T21	3T20	T/T	2T21	T/T	9M21	9M20	A/A
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado¹	(17.132)	(27.019)	-36,6%	(24.804)	-30,9%	(62.276)	(135.289)	-54,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	5.959	947	>500%	4.837	23,2%	16.310	7.386	120,8%
(+) IR & CS	-	(700)	-100,0%	-	0,0%	-	35.960	-100,0%
(+) Depreciação e Amortiz.	584	393	48,7%	845	-30,9%	1.786	7.633	-76,6%
(+) Res. Liq. das Op. Descontinuadas/Outros	645	3.019	-78,6%	102	>500%	(1.117)	3.531	-
EBITDA - Ajustado	(9.945)	(23.361)	-57,4%	(19.018)	-47,7%	(45.298)	(80.779)	-43,9%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-44,7%</i>	<i>-78,4%</i>	<i>33,7 p.p.</i>	<i>-96,3%</i>	<i>51,6 p.p.</i>	<i>-69,3%</i>	<i>-41,6%</i>	<i>-27,7 p.p.</i>

CAPITAL DE GIRO* – O prazo médio de recebimento permaneceu em 14 dias no 3T21, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O prazo médio de cobertura de estoques aumentou em 71 dias, passando de 124 dias no 3T20 para 195 dias no 3T21.

* para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA – O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 (R2) - IFRS 16, foi uma despesa de R\$ 5,9 milhões no segundo trimestre de 2021.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO – O prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 16,4 milhões no 3T21 uma melhora de R\$ 7,5 milhões.

LIQUIDEZ – Em 30 de setembro de 2021, o saldo total de Caixa Disponível, Caixa Bloqueado e Recebíveis de Cartão de Crédito era de R\$ 3,3 milhões, contra R\$ 37 milhões em 30 de setembro de 2020, em virtude, principalmente, das menores vendas realizadas no período, além do impacto de categorias descontinuadas e de despesas extraordinárias de reestruturação.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada (excluindo o saldo de Credores relativo ao processo de recuperação judicial) da Saraiva em 31 de setembro de 2021, que somava R\$ 172,2 milhões, contra R\$ 162,4 milhões em 31 de julho de 2021, e R\$ 126,3 milhões em 31 de setembro de 2020. Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 3T21 com uma dívida líquida de R\$ 170,9 milhões contra R\$ 160,6 milhões no 2T21, e R\$ 122,9 milhões no 3T20.

Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)

Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - IFRS 16).

Consolidado – Ajustado ¹	3T21	3T20	T/T	2T21	A/A
Tipo de Transação					
Empréstimos e Financiamentos	174.110	159.520	9,1%	170.378	2,2%
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	0	0	0	0	0,0%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	1.936	33.171	-94,2%	8.008	-75,8%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	172.174	126.349	36,3%	162.370	6,0%
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	1.326	3.510	-62,2%	1.813	-26,9%
Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis	170.848	122.839	39,1%	160.557	6,4%

NOSSAS LOJAS – No 3T21 a Saraiva contava com 37 lojas ativas.

Notas Explicativas

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O TRIMESTRE ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo” ou “Controlada”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros e artigos de papelaria. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico, de uma rede de 37 lojas e do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e sua controlada estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de Credores e à homologação judicial, que foi aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia e sua controlada apresentaram nos autos do Processo de Recuperação Judicial, proposta de Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (“Segundo Aditamento ao PRJ”) (Nota explicativa 31).

Em paralelo, a Companhia continua com a implementação do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado às pretensões do Segundo Aditamento do PRJ, que tem por objetivo uma mudança estrutural de processos em todos os níveis de atividades da Companhia e sua controlada, por meio da inserção de uma cultura de reestruturação e está baseado nos seguintes projetos em curso de implementação:

- Nova gestão de abastecimento
- Full e-commerce
- Otimização do Back-office
- Reestruturação do parque de lojas

Os projetos contribuirão para tornar a Companhia mais enxuta e eficiente sem comprometer a operação.

Com o arrefecimento dos casos de COVID-19, em decorrência do avanço da vacinação em massa, a Administração da Companhia e de sua controlada mantém apenas as medidas sanitárias exigidas pelos órgãos da administração pública e Ministério da Saúde, observando atentamente a todas as orientações e protocolos de segurança definidos pelos governos

Notas Explicativas

estaduais. Os impactos trazidos para a operação em decorrência das medidas de restrição adotadas ainda serão dimensionados pela Administração que continua comprometida com a realização dos ajustes necessários para assegurar o sucesso da recuperação judicial, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia, procurando adaptar-se rapidamente às alterações de cenários e confia na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída e, assim, mantém seu otimismo acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias compreendem as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às informações contábeis individuais não diferem das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado nas demonstrações separadas.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para a gestão da Administração da Companhia e sua controlada.

As bases de preparação e apresentação para as informações contábeis intermediárias da Controladora e do Varejo, relacionadas à mensuração, moeda funcional e fontes de julgamentos e estimativas são as mesmas divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (nota explicativa nº 2), publicadas em 31 de março de 2021.

Na reunião de Diretoria realizada em 12 de novembro de 2021, foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 30 de setembro de 2021.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (nota explicativa nº 3), publicadas em 31 de março de 2021.

Notas Explicativas

O resultado das operações descontinuadas apresentado no período compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015.

Novas normas e interpretações aplicáveis emitidas pelo IASB, ainda não efetivas:

<u>NORMAS</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>VIGÊNCIA</u>
IFRS10-Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Indefinido
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes	1/1/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	1/1/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	1/1/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos –Custo de Cumprimento do Contrato	1/1/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações à IFRS1 -Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS9 –Instrumentos Financeiros, IFRS 16 -Arrendamentos	1/1/2022

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Caixa e bancos - conta movimento	<u>1.600</u>	<u>121</u>	<u>1.936</u>	<u>28.603</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Títulos a receber	2.155	3.988
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>1.327</u>	<u>3.736</u>
	3.482	7.724
Perda esperada	<u>(380)</u>	<u>(391)</u>
	<u>3.102</u>	<u>7.333</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 14 dias (18 dias em 31 de dezembro de 2020). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Rede, Cielo/Alelo e PagSeguro.

Notas Explicativas

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Composição dos saldos por vencimento:

	Consolidado	
	30/09/21	31/12/20
A vencer	1.327	4.240
Vencidos:		
Até 60 dias	517	836
De 61 a 90 dias	228	368
De 91 a 180 dias	1.166	1.886
Acima de 180 dias	244	394
	<u>3.482</u>	<u>7.724</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor consolidado das perdas registradas no resultado são respectivamente: R\$197 e R\$243 para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	30/09/21	31/12/20
Mercadorias para revenda	37.019	51.245
(-) Perda com obsolescência	(8.128)	(5.596)
	<u>28.891</u>	<u>45.649</u>

Notas Explicativas

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$28.206 (R\$41.961 em 31 de dezembro de 2020). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$1.536. No período entre 1 de outubro de 2021 e a data de conclusão dessas informações contábeis, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$210.

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia. A provisão constituída no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, no montante de R\$2.532 está relacionada, substancialmente, aos baixos volumes de vendas e compras no período de maior impacto da pandemia.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.636	1.687	37.032	7.681
Programa de Integração Social - PIS (ii)	16	25	7.542	1.598
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (iii)	1.422	2.033	4.656	7.706
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL (iii)	2.003	1.968	4.937	4.716
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	50.597	55.656
Outros	179	179	261	531
	<u>5.256</u>	<u>5.892</u>	<u>105.025</u>	<u>77.888</u>
Ativo circulante	179	179	52.609	33.309
Ativo não circulante	<u>5.077</u>	<u>5.713</u>	<u>52.416</u>	<u>44.579</u>
	<u>5.256</u>	<u>5.892</u>	<u>105.025</u>	<u>77.888</u>

Notas Explicativas

- (i) ICMS e ICMS por substituição tributária (ICMS ST) das operações comerciais e de abastecimento do Varejo, no montante de R\$50.597 de ICMS (R\$55.656, em 31 de dezembro de 2020), líquidos de provisão para perda do valor realizável no montante de R\$45.777 (R\$45.777 em 31 de dezembro de 2020). Estão em curso, medidas administrativas instruídas para a Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados de ICMS por meio do sistema e-CredAc (“e-CredAc”) – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R\$50.098, líquidos de perda ao valor de realização estimada de R\$9.653, dos quais o Varejo estima realizar a totalidade entre o terceiro trimestre de 2021 e primeiro trimestre de 2022. O Varejo foi formalmente notificado em 17 de março de 2021, sobre o deferimento do processo administrativo e, em 1 de novembro de 2021, sobre a liberação do montante do crédito em conta corrente do e-CredAc (Nota explicativa 32).
- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$42.922 (R\$7.568 em 31 de dezembro de 2020), líquidos de perda ao valor de realização de R\$235.964 (R\$151.987 em 31 de dezembro de 2020), apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2021, não compensados até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo obteve o trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020 para as quatro ações judiciais que discutiram a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que decidiu que o ICMS não compõe o faturamento ou receita bruta das empresas e, portanto, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração apresentados pela Procuradoria da Fazenda Nacional estabelecendo a modulação dos efeitos da decisão do RE 574.706/PR. Por maioria de votos conclui-se pela exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS aplicável de forma retroativa para os contribuintes que ajuizaram ações até 15 de março de 2017, como é o caso da controlada. O montante estimado, originalmente nos termos da Solução COSIT 13/18, de R\$5.688 em 31 de dezembro de 2020, líquido de perda ao valor de realização de R\$8.532, foi ajustado para R\$39.647, líquido de perda ao valor de realização de R\$92.509. A Administração da controlada avalia as alternativas de realização e segue com o procedimento judicial para liquidação de sentença e posterior execução da decisão judicial por meio de precatórios, representados por créditos resultantes das apurações anuais do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, recolhidos pelo regime de estimativa.

A Administração estimou perda na realização de créditos tributários no montante total de R\$281.741 (197.764 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/21</u>	<u>30/09/20</u>	<u>30/09/21</u>	<u>30/09/20</u>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.030)	(209.459)	(8.031)	(209.477)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	2.730	71.216	2.731	71.222
Adições / Exclusões permanentes - despesas não dedutíveis	-	(11)	14.502	(5.203)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(2.681)	(72.951)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(49)</u>	<u>(3.800)</u>	<u>(17.233)</u>	<u>(71.565)</u>
	<u>-</u>	<u>(5.546)</u>	<u>-</u>	<u>(5.546)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período:				
Correntes	<u>-</u>	<u>(6.247)</u>	<u>-</u>	<u>(6.247)</u>

9. PARTES RELACIONADAS**a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo**

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; e empréstimo de mútuo.

Empréstimos de mútuo concedidos para a controlada:

Notas Explicativas

	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Saldos no início do exercício	61.875	-
Empréstimos concedidos		
liquidos dos recebimentos	15.242	69.701
Pagamentos efetuados	(21.678)	(8.799)
Receitas financeiras	1.488	973
Saldos no fim do período	<u>56.927</u>	<u>61.875</u>

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	Controladora				Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Pró-labore do conselho de administração	270	810	47	521	271	836	60	582
Pró-labore da diretoria	10	14	7	11	373	561	103	447
Subtotal	280	824	54	532	644	1.397	163	1.029
Outras remunerações	67	198	20	139	116	346	50	284
	<u>347</u>	<u>1.022</u>	<u>74</u>	<u>671</u>	<u>760</u>	<u>1.743</u>	<u>213</u>	<u>1.313</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

10. INVESTIMENTOS

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	<u>(562.804)</u>	<u>(554.919)</u>
Provisão para perda com investimento	<u>(562.758)</u>	<u>(554.874)</u>

Notas Explicativas

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	Controladora			
	01/07/21	01/01/21	01/07/20	01/01/20
	a 30/09/21	a 30/09/21	a 30/09/20	a 30/09/20
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:				
Resultado do Varejo	<u>23.311</u>	<u>(7.886)</u>	<u>(46.699)</u>	<u>(214.581)</u>
Equivalência patrimonial	<u>23.309</u>	<u>(7.885)</u>	<u>(46.695)</u>	<u>(214.563)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Participação no resultado do Varejo	(7.885)	(407.039)
Parcela excedente do saldo contábil da participação transferida para o passivo não circulante	<u>7.885</u>	<u>407.039</u>
Saldo no fim do período/exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Principais informações do Varejo:

	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Ativo total	261.103	291.051
Passivo circulante e não circulante	823.907	845.970
Patrimônio líquido	(562.804)	(554.919)
	<u>30/09/21</u>	<u>30/09/20</u>
Receita operacional líquida	65.382	206.051
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(41.701)</u>	<u>(148.212)</u>
Lucro bruto	23.681	57.839
Despesas operacionais	(59.081)	(143.133)
Depreciações	(14.362)	(37.589)
Outras	<u>18.786</u>	<u>(69.152)</u>
Resultado operacional	(30.976)	(192.035)
Resultado financeiro	<u>23.090</u>	<u>(22.546)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>(7.886)</u>	<u>(214.581)</u>
Prejuízo líquido	<u>(7.886)</u>	<u>(214.581)</u>

Notas Explicativas**11. IMOBILIZADO**

		Controladora					
		30/09/21			31/12/20		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	679	(679)	-	679	(679)	-
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.393)	97	2.490	(2.359)	131
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.406)	15	5.421	(5.399)	22
Equipamentos de informática	20	12.387	(12.387)	-	12.387	(12.387)	-
		<u>20.977</u>	<u>(20.865)</u>	<u>112</u>	<u>20.977</u>	<u>(20.824)</u>	<u>153</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

		Consolidado					
		30/09/21			31/12/20		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.055	(1.054)	1	1.080	(1.079)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	27.103	(23.932)	3.171	28.599	(24.727)	3.872
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	61.493	(56.371)	5.122	70.306	(63.837)	6.469
Equipamentos de informática	20	32.910	(31.942)	968	33.564	(31.824)	1.740
Direito de uso em arrendamento		137.222	(39.650)	97.572	135.630	(34.098)	101.532
Imobilizado em andamento	-	3	-	3	-	-	-
		<u>259.786</u>	<u>(152.949)</u>	<u>106.837</u>	<u>269.179</u>	<u>(155.565)</u>	<u>113.614</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Notas Explicativas

	Controladora		
	31/12/20	Adições	30/09/21
Custo:			
Máquinas e equipamentos	679	-	679
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	2.490
Benfeitorias em imóveis			
de terceiros	5.421	-	5.421
Equipamentos de informática	12.387	-	12.387
Total do custo	<u>20.977</u>	<u>-</u>	<u>20.977</u>
Depreciação acumulada:			
Máquinas e equipamentos	(679)	-	(679)
Móveis, utensílios e instalações	(2.359)	(34)	(2.393)
Benfeitorias em imóveis			
de terceiros	(5.399)	(7)	(5.406)
Equipamentos de informática	(12.387)	-	(12.387)
Total da depreciação	<u>(20.824)</u>	<u>(41)</u>	<u>(20.865)</u>
Valor líquido	<u>153</u>	<u>(41)</u>	<u>112</u>

Notas Explicativas

	Consolidado				
	31/12/20	Adições	Baixas	Perda por redução ao valor recuperável	30/09/21
Custo:					
Máquinas e equipamentos	1.080	-	-	(25)	1.055
Móveis, utensílios e instalações	28.599	-	(1)	(1.495)	27.103
Benfeitorias em imóveis de terceiros	70.306	198	(780)	(8.231)	61.493
Equipamentos de informática	33.564	5	(34)	(625)	32.910
Direito de uso em arrendamento	135.630	18.919	(8.643)	(8.684)	137.222
Imobilizado em andamento	-	3	-	-	3
Total do custo	269.179	19.125	(9.458)	(19.060)	259.786
Depreciação acumulada:					
Máquinas e equipamentos	(1.079)	-	-	25	(1.054)
Móveis, utensílios e instalações	(24.727)	(719)	1	1.513	(23.932)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(63.837)	(1.543)	780	8.229	(56.371)
Equipamentos de informática	(31.824)	(774)	30	626	(31.942)
Direito de uso em arrendamento	(34.098)	(12.617)	2.640	4.425	(39.650)
Total da depreciação	(155.565)	(15.653)	3.451	14.818	(152.949)
Valor líquido	113.614	3.472	(6.007)	(4.242)	106.837

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede, temporariamente fechadas em observância as orientações governamentais por conta da Covid-19. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foi estimada reversão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos do Varejo, no montante de R\$428, líquidos da remensuração do passivo de arrendamento no montante R\$4.670 (perda estimada no montante de R\$6.042 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, líquidos da remensuração do passivo de arrendamento no montante de R\$127.327).

12. INTANGÍVEL

		Controladora					
		30/09/21			31/12/20		
Taxa anual de amortização - %		Amortização	Valor	Custo	Amortização	Valor	Custo
		acumulada	líquido		acumulada	líquido	
Software	20	710	(710)	-	710	(710)	-

Notas Explicativas

		Consolidado					
		30/09/21			31/12/20		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Cessão comercial	20	6.683	(6.683)	-	10.085	(10.085)	-
Software	20	88.667	(88.667)	-	88.738	(88.738)	-
		<u>95.350</u>	<u>(95.350)</u>	<u>-</u>	<u>98.823</u>	<u>(98.823)</u>	<u>-</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

		Controladora	
		31/12/20	30/09/21
Custo:			
Software		<u>710</u>	<u>710</u>
Amortização acumulada:			
Software		<u>(710)</u>	<u>(710)</u>
Valor líquido		<u>-</u>	<u>-</u>
		Consolidado	
		Perda por redução ao valor recuperável	
		31/12/20	30/09/21
Custo:			
Cessão comercial	10.085	(3.402)	6.683
Software	88.738	(71)	88.667
Total do custo	<u>98.823</u>	<u>(3.473)</u>	<u>95.350</u>
Amortização acumulada:			
Cessão comercial	(10.085)	3.402	(6.683)
Software	(88.738)	71	(88.667)
Total da amortização	<u>(98.823)</u>	<u>3.473</u>	<u>(95.350)</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Administração não identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas para o intangível do Varejo (R\$67.182 no exercício

Notas Explicativas

encerrado em 31 de dezembro de 2020, líquidos de reversão de provisão para impairment no intangível da Controladora de R\$4.909).

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	167.044	156.020
Arrendamento financeiro	7.065	6.998
	<u>174.109</u>	<u>163.018</u>
Financiamento por arrendamento		
Em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	109.145	113.659
	<u>283.254</u>	<u>276.677</u>
Passivo circulante	45.700	52.816
Passivo não circulante	<u>237.554</u>	<u>223.861</u>
	<u>283.254</u>	<u>276.677</u>

Empréstimos e financiamentos contratados

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Mar/2023	Aval Controladora, Imóvel e Aplicação Financeira	R\$ 120.000	TR + 0,8% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Mar/2023	Aval Controladora	R\$ 15.000	TR + 0,8% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2019	Mar/2023	Aval Controladora	R\$ 1.358	TR + 0,8% a.m.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Mai/2022	Aval Controladora	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Set/2023	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,37% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Mar/2023	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,34% a.m.
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Fev/2024	Bem arrendado	R\$ 12.223	-

Movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021

Descrição	31/12/20	Adições (Baixas)	Encargos	Pagamentos principal e juros	Remensuração do passivo de arrendamento	30/09/21
Empréstimos - capital de giro	156.020	-	11.751	(727)	-	167.044
Arrendamento financeiro	6.998	-	336	(269)	-	7.065
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	<u>113.659</u>	<u>12.916</u>	<u>6.291</u>	<u>(19.051)</u>	<u>(4.670)</u>	<u>109.145</u>
	<u>276.677</u>	<u>12.916</u>	<u>18.378</u>	<u>(20.047)</u>	<u>(4.670)</u>	<u>283.254</u>

Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

A Companhia e o Varejo adotaram a partir de 1 de janeiro de 2019, a forma de reconhecimento e mensuração de seus contratos de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do

Notas Explicativas

passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento do Varejo é reconhecido pelo valor presente das obrigações contratuais na data de contratação dos aluguéis em contrapartida do direito de uso, registrado em conta do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$12.617 (nota explicativa 11).

Os juros incorridos pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental de empréstimos que seria obtida em operação similar, considerando a condição econômica do Varejo, equivalente a 8,53% a.a. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$6.291 (R\$4.106 em 30 de setembro de 2020).

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

Cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	<u>Consolidado</u> <u>30/09/21</u>
Até 1 ano	23.911
De 1 ano a 5 anos	79.195
Mais que 5 anos	<u>34.447</u>
Total	<u><u>137.553</u></u>

Direito potencial de Pis e Cofins

A Companhia possui o direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de plantas industriais e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis e Cofins apresentados no quadro a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação arrendamento	137.553	(109.145)
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>(11.646)</u>	<u>9.241</u>
	<u><u>125.907</u></u>	<u><u>(99.904)</u></u>

Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso,

Notas Explicativas

depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

<u>Ativos de direito de uso</u>		<u>Passivos de arrendamento</u>	
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo real</u>	<u>30/09/21</u>	<u>Fluxo real</u>	<u>30/09/21</u>
Direito de uso	137.221	Passivo de arrendamento	(77.393)
Depreciação	(39.649)	Despesas financeiras (a incorrer)	(31.752)
	<u>97.572</u>		<u>(109.145)</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>30/09/21</u>	<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>30/09/21</u>
Direito de uso	144.425	Passivo de arrendamento	(81.456)
Depreciação	(41.731)	Despesas financeiras (a incorrer)	(33.419)
	<u>102.695</u>		<u>(114.875)</u>

Outras informações sobre os arrendamentos mercantisDireito de uso em arrendamento

Saldo inicial – 31/12/20	101.532
Adições / baixas	12.916
Amortização	(12.617)
Remensuração do ativo de arrendamento	(4.259)
Saldos em 30/09/21	<u>97.572</u>

Passivo de arrendamento

Saldo inicial – 31/12/20	113.659
Juros incorridos	6.291
Pagamentos realizados	(19.051)
Adições / baixas	12.916
Remensuração do passivo de arrendamento	(4.670)
Saldos em 30/09/21	<u>109.145</u>

As informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 25.

Notas Explicativas**14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO**

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras. A cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 30 de setembro de 2021, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$1.219 (R\$997 em 31 de dezembro de 2020).

15. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Fornecedor - nacional	563	1.254	86.791	104.148
Fornecedor - exterior	-	-	229	246
	<u>563</u>	<u>1.254</u>	<u>87.020</u>	<u>104.394</u>

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
A vencer	25.030	22.361
Vencidos:		
Até 60 dias	3.635	5.079
De 61 a 90 dias	1.473	1.636
De 91 a 180 dias	6.417	15.720
Acima de 180 dias	<u>50.465</u>	<u>59.598</u>
	<u>87.020</u>	<u>104.394</u>

Notas Explicativas**16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	49	92
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	155	131	332	386
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	26	33	47	101
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	82	17
Parcelamento Débitos Previdenciários	-	-	472	-
Parcelamento de tributos - Estaduais (a)	-	-	958	1.368
Outros	-	1	98	91
	<u>181</u>	<u>165</u>	<u>2.038</u>	<u>2.055</u>
Passivo circulante	181	165	1.154	1.190
Passivo não circulante	-	-	884	865
	<u>181</u>	<u>165</u>	<u>2.038</u>	<u>2.055</u>

(a) Parcelamentos ordinários instruídos nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$347 (R\$497 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020).

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>Controladora</u>			
	<u>31/12/20</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>30/09/21</u>
Férias	249	(193)	(7)	49
Salários a pagar	49	555	(527)	77
FGTS a recolher	20	(15)	(1)	4
INSS a recolher	82	115	(150)	47
	<u>400</u>	<u>462</u>	<u>(685)</u>	<u>177</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	<u>31/12/20</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>30/09/21</u>
Férias	2.364	708	(1.597)	1.475
13º salário	-	873	(165)	708
Salários a pagar	1.903	9.786	(11.045)	644
FGTS a recolher	339	1.213	(1.022)	530
INSS a recolher	<u>1.164</u>	<u>2.807</u>	<u>(2.945)</u>	<u>1.026</u>
	5.770	15.387	(16.774)	4.383

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	Controladora		
	Constituição		
	<u>31/12/20</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>30/09/21</u>
Contingências tributárias (a)	57.119	1.792	58.911
Contingências trabalhistas	4.346	(2.062)	2.284
Contingências cíveis	695	884	1.579
	<u>62.160</u>	<u>614</u>	<u>62.774</u>
	Consolidado		
	Constituição		
	<u>31/12/20</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>30/09/21</u>
Contingências tributárias (a)	222.652	(21.753)	200.899
Contingências trabalhistas	8.666	(94)	8.572
Contingências cíveis	13.484	4.222	17.706
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS			
da base de cálculo	2.346	54	2.400
	<u>247.148</u>	<u>(17.571)</u>	<u>229.577</u>

(a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:

Notas Explicativas

- i. Processos administrativos do Varejo, no montante estimado e provisionado de R\$22.290, relacionado à manifestação de inconformidade para despacho decisório que indeferiu Pedidos de Restituição/Compensação de créditos de PIS e COFINS para os períodos base de 2013 a 2015, cuja perda no âmbito administrativo é considerada provável pelos assessores jurídicos do Varejo. O montante provisionado corresponde à parcela utilizada para o pagamento de impostos administrados pela Receita Federal do Brasil. A parcela correspondente aos Pedidos de Restituição/Compensação não utilizada no montante de R\$62.254 de créditos restituíveis, registrada no ativo não circulante foi estimada como perda por redução ao valor de recuperação;
- ii. Constituição de provisão no montante de R\$66.865, relacionada a apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre despesas operacionais consideradas essências à atividade do Varejo;
- iii. Ações judiciais da Controladora e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela RFB, no montante estimado de R\$70.473 para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB;
- iv. Autos de infração e imposição de multas para a Controladora, no montante de R\$8.775, envolvendo contribuições previdenciárias;
- v. Autos de infração e imposição de multa para o Varejo, referente à cobrança de ICMS, no montante de R\$8.993.

Depósitos judiciais

	Controladora		
	Acréscimo/		
	31/12/20	(Baixa)	30/09/21
PIS/COFINS (a)	1.004	8	1.012
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.723	134	3.857
Processos judiciais trabalhistas	624	(1)	623
	<u>11.417</u>	<u>141</u>	<u>11.558</u>
	Consolidado		
	Acréscimo/		
	31/12/20	(Baixa)	30/09/21
PIS/COFINS (a)	1.004	8	1.012
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	16.021	640	16.661
Processos judiciais trabalhistas	3.315	(22)	3.293
	<u>26.406</u>	<u>626</u>	<u>27.032</u>

- (a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

Notas Explicativas

- (b) Inclui o montante de R\$8.886 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

Em 4 de agosto de 2021 a Companhia e o Varejo, impetraram Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, para reconhecer o direito de não recolher o Imposto de renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, indevidamente incidentes sobre os juros de mora calculados com base na Taxa SELIC originados de recuperações tributárias. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF concluiu o julgamento do RE nº1.063.187/SC, declarando a inconstitucionalidade da incidência do IR e da CSLL sobre a receita auferida originada dos juros calculados com base na taxa SELIC sobre restituições de tributos. A tese de repercussão geral foi publicada em 30 de setembro de 2021 a abranger os seguintes eventos: i) Restituições fiscais concedidas em ações judiciais; ii) Restituições de impostos decorrentes de pedidos administrativos ajuizados; e iii) Ressarcimento de depósitos efetuados em processos judiciais que discutem recolhimento de tributos.

No trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021, o Varejo reconheceu juros calculados com base na taxa SELIC no montante de R\$47.059 (R\$7.047 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020) sobre os créditos a restituir de PIS/COFINS, originados das ações com trânsito em julgado, que discutiram a exclusão do ICMS de suas bases de cálculo. A Administração da Companhia e sua controlada, avaliam os impactos do julgamento do STF nos demais créditos restituíveis.

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$416.801, sendo R\$297.856 para a Controladora e R\$118.945 para o Varejo (R\$482.206 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$248.120 para a Controladora e R\$234.086 para o Varejo).

Composição dos principais passivos com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

Natureza dos Processos	Objeto	30/09/21	31/12/20
TRIBUTÁRIA	Autos de infração, processos administrativos de impugnação de ações judiciais	375.290	435.666
CÍVEL	Ações renovatórias e outros processos com objetivos variados	35.525	35.920
TRABALHISTA	Ações relacionadas a responsabilidade de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	5.986	10.620
TOTAL		416.801	482.206

Notas Explicativas

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020, re ratificada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2020, foi deliberada (i) a homologação parcial do aumento de capital deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de novembro de 2019, com a emissão de 12.244.309 novas ações (8.998.528 ações ordinárias e 3.245.781 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$17.754, passando o capital social da Companhia de R\$282.999 para R\$300.753, e (ii) uma nova emissão de bônus de subscrição da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia e em complemento à emissão de bônus de subscrição deliberada pelo CA em 03/11/2019.

Em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26/06/20, 31/07/20, 28/08/20, 05/10/20 e 11/12/20, foram deliberados aumentos de capital por meio do exercício de bônus de subscrição, com emissão de 24.161.925 novas ações (4.832.385 ações ordinárias e 19.329.540 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$1.223, passando o capital social da Companhia de R\$300.753 para R\$301.976.

Em 30 de setembro de 2021, o capital social da Controladora, no montante de R\$301.976 (R\$301.976 em 31 de dezembro de 2020), está representado por 63.410.194 ações, sendo 23.513.669 ordinárias e 39.896.525 preferenciais (63.410.194 ações em 31 de dezembro de 2020, sendo 23.513.669 e 39.896.525, respectivamente) sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto. Em 31 de outubro de 2019 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66.000.000 (sessenta e seis milhões) de ações; e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Notas Explicativas

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Bônus de subscrição

Nos termos da cláusula 11.6 do Plano de Recuperação Judicial Original, homologado em 4 de setembro de 2019, os credores da Subclasse Credores Fornecedores Incentivadores, que assim optarem no Termo Credor Incentivador – cláusula 11.2.1, do referido plano, farão jus ao recebimento de Bônus de Subscrição que conferirá aos seus titulares o direito de adquirir determinada quantidade de ações representativas do capital social da Companhia, sendo que quaisquer recursos recebidos pela Companhia em decorrência da emissão ou exercício dos Bônus de Subscrição, inclusive em caso do exercício do direito de preferência pelos acionistas, deverão ser integral e prioritariamente destinados à amortização extraordinária da dívida com os Credores Fornecedores Incentivadores.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram emitidos e utilizados para amortização da dívida 5.816.587 bônus, correspondentes a 29.082.935 ações (5.816.587 ações ordinárias e 23.266.348 ações preferenciais), equivalentes ao montante de R\$54.835.

c) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$10 (R\$0,65 por ação - cotação em 30 de setembro de 2021).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 22 de julho de 2021, por decisão do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, foi homologada a venda definitiva dos ativos da unidade operacional de Guarulhos, cuja autorização havia sido reformada em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 4 de novembro de 2020. Em consequência, o saldo de R\$11.279, líquido de impostos diferidos de R\$5.810, que representava o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, foi totalmente baixado.

Notas Explicativas

f) Participação de não controladores:

	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Saldos no início do exercício	(45)	(12)
Participação no resultado do período	<u>(1)</u>	<u>(33)</u>
Saldos no fim do período/exercício	<u>(46)</u>	<u>(45)</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>			
	<u>01/07/21</u>	<u>01/01/21</u>	<u>01/07/20</u>	<u>01/01/20</u>
	<u>a 30/09/21</u>	<u>a 30/09/21</u>	<u>a 30/09/20</u>	<u>a 30/09/20</u>
Receita operacional líquida:				
Venda de mercadorias e serviços	22.872	67.980	42.718	215.168
(-) Impostos incidentes	(448)	(1.511)	(1.247)	(6.801)
(-) Devoluções	(256)	(865)	(919)	(4.144)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>62</u>	<u>(222)</u>	<u>1.115</u>	<u>1.828</u>
	<u>22.230</u>	<u>65.382</u>	<u>41.667</u>	<u>206.051</u>

Notas Explicativas

21. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora				Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Mercadorias	-	-	-	-	(10.212)	(41.701)	(36.755)	(148.212)
Despesa com pessoal e encargos	(59)	(185)	(59)	(338)	(6.883)	(21.381)	(17.777)	(64.495)
Honorários dos administradores	(275)	(824)	(54)	(532)	(458)	(1.397)	(163)	(1.029)
Propaganda e publicidade	-	-	-	-	7	67	(454)	(3.505)
Arrendamento mercantil - parcela variável	-	-	-	-	704	857	(287)	(317)
Publicações legais	-	(224)	-	-	(20)	(265)	(2)	(119)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	-	-	(1.856)	(5.915)	(2.424)	(11.100)
Frete e embalagens	-	-	-	-	(642)	(3.343)	(3.833)	(14.608)
Manutenção de instalações, máquinas e equipamentos	-	-	-	-	(884)	(2.420)	-	-
Serviços de informática	-	-	-	-	(2.807)	(7.711)	(1.902)	(7.357)
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	-	-	(96)	(1.502)	(228)	(925)
Honorários advocatícios	(53)	(72)	-	-	(1.077)	(3.163)	(981)	(3.765)
Consultoria e assessoria	(413)	(1.483)	-	-	(1.174)	(3.265)	(988)	(2.712)
Outros serviços profissionais	-	(3)	-	-	(861)	(3.431)	(159)	(565)
Viagens e estadias	-	-	-	-	-	(10)	(5)	(115)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	-	-	(331)	(855)	(907)	(3.460)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(39)	(197)	(7)	(243)
Outras	(1.377)	(1.590)	(2.066)	(3.144)	(3.841)	(9.531)	(10.542)	(32.832)
	<u>(2.176)</u>	<u>(4.381)</u>	<u>(2.179)</u>	<u>(4.014)</u>	<u>(30.470)</u>	<u>(105.163)</u>	<u>(77.414)</u>	<u>(295.359)</u>
Classificadas como:								
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	-	-	(10.212)	(41.701)	(36.755)	(148.212)
Despesas com vendas	-	-	-	-	(11.767)	(38.463)	(25.226)	(93.769)
Despesas gerais e administrativas	(2.176)	(4.381)	(2.179)	(4.014)	(8.491)	(24.999)	(15.433)	(53.378)
	<u>(2.176)</u>	<u>(4.381)</u>	<u>(2.179)</u>	<u>(4.014)</u>	<u>(30.470)</u>	<u>(105.163)</u>	<u>(77.414)</u>	<u>(295.359)</u>

Notas Explicativas

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora				Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Perda por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e impostos a recuperar	-	-	-	4.909	(83.943)	(83.549)	(661)	(77.737)
Baixa de créditos com fornecedores	-	-	-	-	-	(3.267)	-	(438)
PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras	(27)	(60)	(14)	(40)	(418)	(1.368)	(679)	(4.668)
Cartão "private label"	-	-	-	-	(13)	(32)	(17)	(251)
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	(1.684)	(8.551)
Ajustes do plano de recuperação judicial	-	(84)	-	-	142	58	-	-
Parcelamento de tributos	-	-	-	-	-	(385)	-	(148)
e-CredAc - deferimento pedido de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado	-	-	-	-	(4.117)	(4.117)	-	-
e-CredAc - custas e honorários judiciais	-	-	-	-	(895)	(895)	-	-
Outras despesas operacionais	252	(135)	3	29	244	(145)	(1.357)	(1.379)
	<u>225</u>	<u>(279)</u>	<u>(11)</u>	<u>4.898</u>	<u>(89.000)</u>	<u>(93.700)</u>	<u>(4.398)</u>	<u>(93.172)</u>

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora				Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Resultado na venda de ativo permanente	4.073	4.073	-	4.105	4.069	4.093	(2.505)	918
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	-	-	-	2.455	10.110	3.708	12.000
Constituição de crédito tributário de ação judicial transitada em julgado	-	-	-	-	70.694	70.694	-	-
Reversão provisão para contingências	-	-	-	-	6.282	18.239	-	-
Venda de saldos - mercadorias obsoletas	-	-	-	-	-	-	-	845
Despesas recuperadas	-	-	-	-	1.340	8.425	2.504	3.249
Constituição de créditos PIS/COFINS apurados conforme obrigação acessória	-	-	-	-	3.965	3.965	-	-
Ganho na baixa da dívida por meio de bônus de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	14.822
Outras receitas operacionais	7	23	-	-	357	777	499	1.189
	<u>4.080</u>	<u>4.096</u>	<u>-</u>	<u>4.105</u>	<u>89.162</u>	<u>116.303</u>	<u>4.206</u>	<u>33.023</u>

Notas Explicativas**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora				Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Receitas financeiras:								
Receitas sobre aplicações financeiras	-	-	-	-	16	68	7	28
Juros sobre empréstimos a controlada	738	1.488	252	652	-	-	-	-
Juros recebidos de clientes	-	-	-	-	-	-	-	3
Juros sobre impostos a recuperar	104	214	48	211	47.378	47.718	164	889
Descontos financeiros obtidos	-	-	-	16	929	3.846	858	1.398
AVP - Credores recuperação judicial	-	7	-	-	0	7	-	-
Outros juros e variações ativas	-	-	-	-	0	154	60	60
	<u>842</u>	<u>1.709</u>	<u>300</u>	<u>879</u>	<u>48.323</u>	<u>51.793</u>	<u>1.089</u>	<u>2.378</u>
Despesas financeiras:								
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(5.743)	(18.378)	(3.020)	(14.847)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	-	-	-	(32)	-	-	-	-
AVP - Credores recuperação judicial	(41)	(123)	4	(55)	(2.493)	(6.977)	(1.740)	(6.608)
Descontos financeiros concedidos	-	-	-	-	-	-	-	(8)
Outros juros e variações passivas	(193)	(250)	(45)	(46)	(774)	(1.273)	(716)	(1.975)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	-	-	-	(13)	(243)	(657)	(227)	(519)
Outras comissões financeiras	(54)	(161)	(53)	(158)	(54)	(161)	(54)	(160)
Outras despesas financeiras	(242)	(716)	(232)	(415)	(265)	(798)	(301)	(647)
	<u>(530)</u>	<u>(1.250)</u>	<u>(326)</u>	<u>(719)</u>	<u>(9.572)</u>	<u>(28.244)</u>	<u>(6.058)</u>	<u>(24.764)</u>
	<u>312</u>	<u>459</u>	<u>(26)</u>	<u>160</u>	<u>38.751</u>	<u>23.549</u>	<u>(4.969)</u>	<u>(22.386)</u>

25. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 30 de setembro de 2021, o Varejo possuía 37 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. O contrato de aluguel das áreas Administrativas do Varejo possui valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Aluguéis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Notas Explicativas

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	Consolidado			
	01/07/21	01/01/21	01/07/20	01/01/20
	a 30/09/21	a 30/09/21	a 30/07/20	a 30/09/20
Arrendamentos mercantis - nota explicativa 21	704	857	(287)	(317)

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 30 de setembro de 2021 no consolidado é de R\$13.831 (R\$5.609 em 31 de dezembro de 2020).

26. PREJUÍZO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	30/09/21			30/09/21			30/09/21		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(3.286)	(5.579)	(8.865)	(2.976)	(5.054)	(8.030)	(310)	(525)	(835)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	23.491	39.870	63.361	23.491	39.870	63.361	23.491	39.870	63.361
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	23.491	39.870	63.361	23.491	39.870	63.361	23.491	39.870	63.361
Prejuízo por ação - básico - R\$	(0,13988)	(0,13993)		(0,12671)	(0,12675)		(0,01317)	(0,01318)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(0,13988)	(0,13993)		(0,12671)	(0,12675)		(0,01317)	(0,01318)	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/20 a 30/09/20			01/01/20 a 30/09/20			01/01/20 a 30/09/20		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(84.939)	(135.227)	(220.166)	(82.948)	(132.058)	(215.006)	(1.991)	(3.170)	(5.161)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	17.929	23.385	41.314	17.929	23.385	41.314	17.929	23.385	41.314
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	17.929	23.385	41.314	17.929	23.385	41.314	17.929	23.385	41.314
Prejuízo por ação - básico - R\$	(4,73752)	(5,78257)		(4,62648)	(5,64703)		(0,11104)	(0,13554)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(4,73752)	(5,78257)		(4,62648)	(5,64703)		(0,11104)	(0,13554)	

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

Notas Explicativas

Diante dos impactos trazidos pelo Coronavírus (COVID-19), com redução drástica do faturamento pelo fechamento temporário de 100% das lojas físicas desde março de 2020, a Administração apresentou um aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aderente à nova realidade econômica do País como forma de prevenção aos impactos da pandemia e preservação da atividade operacional (Nota explicativa 31)

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Empréstimos e financiamentos e				
credores por recuperação judicial	3.777	3.732	488.738	474.620
(-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo	<u>(58.527)</u>	<u>(61.996)</u>	<u>(1.936)</u>	<u>(28.603)</u>
Dívida líquida	(54.750)	(58.264)	486.802	446.017
Patrimônio líquido	<u>(553.939)</u>	<u>(545.074)</u>	<u>(553.985)</u>	<u>(545.119)</u>
Total	<u>(608.689)</u>	<u>(603.338)</u>	<u>(67.183)</u>	<u>(99.102)</u>
 Índice de dívida líquida	 <u>8.99%</u>	 <u>9.66%</u>	 <u>-724.59%</u>	 <u>-450.06%</u>

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Notas Explicativas

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	30/09/21	31/12/20
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.600	121
Empréstimos e recebíveis		
Partes relacionadas - contrato de mútuo	56.927	61.875
	<u>58.527</u>	<u>61.996</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	563	1.254
Credores por recuperação judicial	3.777	3.732
	<u>4.340</u>	<u>4.986</u>
	Consolidado	
	30/09/21	31/12/20
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.936	28.603
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	3.102	7.333
	<u>5.038</u>	<u>35.936</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	283.254	276.677
Fornecedores	87.020	104.394
Credores por recuperação judicial	205.484	197.943
Arrendamento mercantil -		
locação de lojas	13.831	5.609
Outras obrigações	1.200	1.146
	<u>590.789</u>	<u>585.769</u>

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas pelos

Notas Explicativas

seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Controladora e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldo que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento:

	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/21</u>
<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e financiamentos	
Alta do CDI	19.855

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

Notas Explicativas

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Varejo	Baixa do CDI	(28)	(70)	(137)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	(61)	(153)	(305)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	(117)	(192)	(320)
Resultado líquido		(207)	(416)	(762)

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
	Valor	Valor	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.600	121	1.936	28.603
Contas a receber de clientes	-	-	3.102	7.333
	<u>1.600</u>	<u>121</u>	<u>5.038</u>	<u>35.936</u>

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2021, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$380 (R\$391 em 31 de dezembro de 2020), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	563	-	-	-	563
Credores por recuperação judicial	328	30	86	8.760	9.204

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	87.020	-	-	-	87.020
Credores por recuperação judicial	7.889	7.077	16.049	449.727	480.742
Empréstimos e financiamentos	50.383	172.061	66.461	45.932	334.837
Arrendamento mercantil -					
locação de lojas	13.831	-	-	-	13.831
Outras obrigações	1.200	-	-	-	1.200

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

	Consolidado	
	30/09/21	31/12/20
Empréstimos:		
Utilizado	167.043	156.020

Notas Explicativas

j) Garantias obtidas

	<u>Consolidado</u> <u>30/09/21</u>
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>9.030</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$161 (R\$160 em 30 de setembro de 2020).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u> <u>30/09/21</u>		<u>Consolidado</u> <u>30/09/21</u>	
	<u>Valor</u> <u>Contábil</u>	<u>Valor</u> <u>Justo</u>	<u>Valor</u> <u>Contábil</u>	<u>Valor</u> <u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.600	1.600	1.936	1.936
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	3.102	3.102
Partes relacionadas - contrato de mútuo	56.927	56.927	-	-
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	283.254	284.220
Fornecedores	563	563	87.020	87.020
Credores por recuperação judicial	3.777	3.777	205.484	205.484
Arrendamento mercantil -				
locação de lojas	-	-	13.831	13.831
Outras obrigações	-	-	1.200	1.200

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldo decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2021:

	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.600</u>

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.936</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.936</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”, correspondente ao negócio de varejo de livraria e artigos de papelaria.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/21</u>	<u>30/09/20</u>	<u>30/09/21</u>	<u>30/09/20</u>
Despesas operacionais	<u>(835)</u>	<u>(5.161)</u>	<u>(835)</u>	<u>(5.161)</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>(835)</u>	<u>(5.161)</u>	<u>(835)</u>	<u>(5.161)</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$835 (R\$5.161 em 30 de setembro de 2020) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/21</u>	<u>30/09/20</u>	<u>30/09/21</u>	<u>30/09/20</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	<u>831</u>	<u>(4.712)</u>	<u>831</u>	<u>(4.712)</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>831</u>	<u>(4.712)</u>	<u>831</u>	<u>(4.712)</u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>30/09/21</u>	<u>31/12/20</u>
Lucros cessantes	40.000	40.000
Incêndio - importância máxima	27.812	27.812
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Execução fiscal	115.123	112.321
Roubo e furto	1.105	1.105
Riscos gerais	16.280	16.280

31. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original ("PRJ"), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de

Notas Explicativas

2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e sua controlada submeteu, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Plano Aditivo) protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das UPI's, inviabilizando o cumprimento das obrigações contidas no primeiro Aditamento em setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, que propõe a reestruturação das dívidas, a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento da dívida e a geração de recursos para a continuidade das atividades, observando a nova realidade do Grupo impactado pela pandemia da COVID-19. O Plano Aditivo está devidamente amparado por laudo de viabilidade econômica.

Em 30 de setembro de 2021, o montante da dívida consolidada ainda de acordo com o Plano Original, está composto como segue:

Classes	Não		Total
	Circulante	Circulante	
Classe I	4.420	1.166	5.586
Classe III	8.738	239.502	248.240
Classe IV	-	5.451	5.451
Subclasse fornecedores incentivadores	897	20.528	21.425
Subclasse fornecedores estratégicos	3.863	-	3.863
Subclasse fornecedores locadores	4.831	68.666	73.497
Total	<u>22.749</u>	<u>335.313</u>	<u>358.062</u>

Os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R\$152.578 (R\$142.221 em 31 de dezembro de 2020), estão incluídos na Classe III e são apresentados nas informações consolidadas na rubrica Empréstimos e financiamentos.

Movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021

	Juros					30/09/21
	31/12/20	AVP	Pagamentos	incorridos	Outros	
Dívida	622.392	-	(1.355)	11.084	1.199	633.320
Ajuste a valor presente	<u>(282.228)</u>	<u>6.970</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(275.258)</u>
	<u>340.164</u>	<u>6.970</u>	<u>(1.355)</u>	<u>11.084</u>	<u>1.199</u>	<u>358.062</u>

A íntegra do Plano Aditivo aprovado com as demais condições e formas de execução, onde poderão ser compreendidas de forma mais abrangente todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

Notas Explicativas

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15/10/2021, foi aprovado por unanimidade a proposta da Administração, que será submetida à Assembleia Geral Extraordinária sobre:

- i) O grupamento do número atual de ações ordinárias e preferenciais do capital social de R\$301.976, ambas na proporção de 35 para 1, passando após o grupamento a ser de 1.811.719 ações (671.819 ações ordinárias e 1.139.900 ações preferenciais), sem alteração do capital social; e
- ii) O aumento do capital autorizado da Companhia para 10.000.000 (dez milhões) de ações, como medida para contribuir com a implementação das condições previstas no plano de recuperação judicial.

Em 25/10/21, por meio de edital publicado em 27/10/2021, foi convocada Assembleia Geral de Credores, que será realizada em ambiente virtual em primeira convocação para o dia 17/11/2021 e em segunda convocação para o dia 23/11/2021, para deliberar sobre a aprovação, modificação ou rejeição do 2º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial e demais assuntos de interesse dos credores e das Recuperandas.

Em 1/11/21, o Varejo foi notificado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo sobre o avanço de mais uma etapa do processo administrativo para realização do crédito acumulado, com a liberação do referido crédito em conta corrente do e-CredAc (Nota explicativa 7).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório de Revisão sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas

Aos:
Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Saraiva Livres S.A.-Em Recuperação Judicial
São Paulo-SP

1. Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Saraiva Livres S.A.–Em Recuperação Judicial (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21–Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34–Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

2. Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410- Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Ainda, em decorrência do assunto descrito na seção “Base para Abstenção de Conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas como evidenciado no item 3 (i) abaixo.

3. Base para Abstenção de Conclusão

(i) Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e os efeitos do plano de recuperação judicial (PRP) na realização dos ativos e liquidação dos passivos.

Em 26/02/2021 foi aprovado em assembleia geral de credores o 1º aditamento ao PRJ, que dispunha entre outras ações, sobre a venda de UPIs. No entanto, não houve habilitação de interessados para a aquisição de tais ativos e um 2º aditamento foi apresentado pela Companhia propondo a reestruturação das dívidas, a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento da dívida e a geração de recursos para a continuidade das atividades observando a nova realidade do Grupo impactado pela pandemia da COVID-19. Em 25/10/21, por meio de edital publicado em 27/10/2021, foi convocada Assembleia Geral de Credores – AGC, que será realizada em ambiente virtual em primeira convocação para o dia 17/11/2021 e em segunda convocação para o dia 23/11/2021, para deliberar sobre a aprovação, modificação ou rejeição do 2º Aditivo ao PRJ.

A viabilidade econômica da Companhia apresentada no PRJ original e nos aditivos consideram certas premissas de expectativa de faturamento, ajustes de custos, geração e entrada de recursos no seu caixa.

Até a presente data, não nos foi possível realizar os procedimentos de revisão sobre a viabilidade econômica do PRJ original complementado pelo 2º aditamento, tomando-se em conta que para efetivamente produzir os efeitos esperados, deverá ser primeiramente apreciado e aprovado na citada AGC.

Ainda, nota-se no período de recuperação judicial que a Companhia: (i) continua enfrentando os reflexos da pandemia do Covid 19 nos seus resultados operacionais e financeiros (ii) Em 30/09/2021, mantém esforços de monetização dos seus créditos tributários; e (iii) Na data de encerramento das informações contábeis intermediárias apresenta passivo a descoberto e lucro líquido, respectivamente, de R\$554 milhões e R\$9 milhões (individual e consolidado) e capital circulante líquido negativo no consolidado de R\$79 milhões.

Considerando todos os fatores acima, os quais envolvem ativos e passivos no contexto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, resulta um cenário de incertezas, e de possíveis efeitos difundidos sobre elas, não sendo possível neste momento, que pudéssemos concluir quanto à eventuais ajustes de redução ao valor recuperável dos ativos, realização de créditos tributários e ajustes nos passivos devido à este cenário, nem concluir que o pressuposto de continuidade operacional e a correspondente base para elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apropriados.

4. Abstenção de Conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

5. Outros Assuntos

(i) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Fomos também contratados para revisar as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09- Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos no item 3 "Base para Abstenção de Conclusão", não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas demonstrações do valor adicionado (DVA).

(ii) Revisões Contábeis Intermediárias Precedentes Corrente e Anterior e Demonstrações Contábeis Anuais Anterior

As informações contábeis intermediárias do terceiro e do segundo trimestre findo em 30/09/2020 e 30/06/2021, bem como às demonstrações contábeis do exercício anterior findo em 31/12/2020 foram revisadas e auditadas, respectivamente por outros auditores independentes, que sobre as quais expressaram uma abstenção de conclusão e de opinião nos relatórios de auditoria por eles emitidos e datados em 11/11/2020 e 13/08/2021, bem como em 26/03/2021, basicamente por fatos semelhantes ao por nós descritos no item 3 (i) acima.

São Paulo, 12 de novembro de 2021.

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Brasil Auditores Independentes-Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo, 12 de novembro de 2021

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo, 12 de novembro de 2021